
A CONCENTRAÇÃO SOCIOECONÔMICA E OS CICLOS DE EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NO ESTADO DO AMAPÁ

SOCIOECONOMIC CONCENTRATION AND CYCLES FOR THE EXPLORATION OF NATURAL RESOURCES IN THE STATE OF AMAPÁ

Alexandre Luiz Rauber¹

<https://orcid.org/0000-0002-4909-6491>

<http://lattes.cnpq.br/1063621313011291>

Manuel Eduardo Ferreira²

<https://orcid.org/0000-0003-4516-6373>

<http://lattes.cnpq.br/4498594723433539>

Recebido em: 30 de abril de 2020

Aprovado em: 25 de novembro de 2020

RESUMO: Este artigo se dedica na caracterização do comportamento socioeconômico do estado do Amapá, a partir de indicadores como índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB), dados demográficos, transferências comerciais e balança comercial, entre outros, elementos estes que articulam e detalham o processo econômico pautado pela exploração de recursos naturais e a concentração populacional e econômica no eixo Macapá/Santana. Os procedimentos metodológicos foram desenvolvidos a partir da seleção e formatação de dados quantitativos e qualitativos em nível estadual e municipal disponíveis para a série histórica entre 1991 e 2017, acessados no banco de dados do IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Secretaria de Estado da Fazenda do Amapá, Tesouro Nacional do Brasil, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Brasil, RAIS/CAGED, entre outros. No período analisado verificou-se uma distrofia demográfica e econômica, quando analisados os dados socioeconômicos –, consequentemente alimenta as desigualdades regionais. A região metropolitana de Macapá/Santana, aglutinam aproximadamente 80% do contingente populacional e econômico, essa concentração consiste em apenas um dos fenômenos que potencializam e realçam as desigualdades entre centro-periferia, consolidando-se como uma das características marcantes do processo de desenvolvimento do Amapá.

Palavras-chave: Ciclos econômicos, Recursos Naturais, Estado do Amapá

ABSTRACT: This article is dedicated to the characterization of the socioeconomic beha-

¹ Professor Adjunto Colegiado de Geografia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Campus Oiapoque. Possui Licenciatura Plena (2000) e Bacharelado em Geografia (2012), Mestrado em Desenvolvimento Regional, na área Tecnológica Ambiental pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2004) e Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG (2019). Integrante do Grupo de Pesquisa Geografia do Amapá e Gestão de Áreas Protegidas. E-mail: rauber@unifap.br

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de Brasília (2000), mestre em Processamento de Dados em Geologia e Análise Ambiental pela Universidade de Brasília (2003), doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Goiás (2009), com estágio pós-doutorado (2009) no Woods Hole Research Center (Massachusetts, EUA). E-mail: manuel@ufg.br

vior of the state of Amapá, based on indicators such as the Human Development Index (IDH), Gross Domestic Product (GDP), demographic data, trade transfers and trade balance, among others, elements that articulate in the characterization of the economic exploitation guided by the exploitation of natural resources and the population and economic concentration in the Macapá / Santana axis. The methodological procedures were developed from the selection and formatting of quantitative and qualitative data at the state and municipal levels available for the historical series between 1991 and 2017, accessed in the IBGE database, Atlas of Human Development of Brazil, Secretariat of State of Fazenda do Amapá, National Treasury of Brazil, Ministry of Development, Industry, Foreign Trade and Services of Brazil, RAIS / CAGED, among others. In the analyzed period, a demographic and economic dystrophy was verified, when the socioeconomic data were analyzed -, consequently, it feeds regional inequalities. The metropolitan region of Macapá / Santana, brings together approximately 80% of the population and economic contingent, this concentration consists of only one of the phenomena that enhance and enhance the inequalities between center-periphery, consolidating itself as one of the outstanding characteristics of the development process of the Amapá.

Key-words: Economic Cycles, Natural Resources, Amapá State

INTRODUÇÃO

O perfil socioeconômico contemporâneo do estado do Amapá constituiu-se com a exploração dos recursos naturais provenientes de ciclos extrativistas históricos que acarretaram na mobilização de fluxos mercantis e migrantis, sobretudo, a partir do encerramento da questão do contestado franco-brasileiro em 1900.³ Paulatinamente, no século XX as atividades exploratórias regionais direcionaram-se à mineração do ouro e do manganês, ao extrativismo do pau-rosa, a pesca predatória industrial, ao corte de árvores nativas, bem como a industrialização de madeiras e minérios, setores que ganharam expressão econômica no Amapá, conforme abordam Homma (2005), Drummond e Pereira (2007), Porto (2007), Romani (2011), Filocreão (2015), entre outros.

A literatura regional comumente acusa que a economia do Amapá é marcada por certo isolamento e que sobrevive num nível extremamente baixo de produtividade, sendo insuficiente para impulsionar, como ocorreu em outras regiões do Brasil, um processo de profundas transformações. Nesse aspecto, dificilmente o Amapá conseguiria reproduzir o modelo primário-exportador interno que condicionou o desenvolvimento do extremo sul do país e que agora se estende no eixo de expansão da fronteira agrícola, incorporando terras agricultáveis e

³ Os dissabores entre portugueses e franceses no século XVII na foz do rio Amazonas em Macapá afirmaram a dominação dos lusitanos naquelas águas e terras até as proximidades do rio Araguari. A região entre a margem direita do rio Oiapoque e a margem esquerda do rio Araguari, também chamada de Guiana brasileira, nem sempre pertenceu ao Brasil. O Tratado de Utrecht estabelecido diplomática e internacionalmente em 1713 procurou limitar a soberania da França ou de Portugal sobre essa região concebida como “zona neutra” ou “espaço-tampão no norte do Amapá” (ROMANI, 2012, p.03), assim, a ausência de poder do Estado corroborou para o refúgio de migrantes diversos, africanos e povos nativos que escapavam do escravismo, das revoltas regionais como a Cabanagem e/ou da exploração econômica do Caribe (ROMANI, 2012, p. 05). O contestado franco-brasileiro refere-se historicamente a disputa entre Portugal e França pela posse da região norte do território do Amapá, formada por savanas, campos alagáveis e manguezais, região que apresenta uma rede complexa de relações entre povos nativos e europeus expedicionários, sejam eles de cunho científico ou mercantil, de origem grandemente francesa, bem como, relações colonialistas e imperialistas relativas aos empreendimentos com base no escravismo caribenho. Hoje, a Guiana brasileira integra o território nacional, contudo consolidou-se enquanto terras brasileiras apenas no século XX quando findou a disputa e litígio entre Brasil e França arbitrada em favor do primeiro segundo o laudo do Governo da Confederação da Suíça, entregue em Berna em 1º de dezembro de 1900.

novos produtos (SARNEY e COSTA, 2004, p. 246). Por outro lado, acreditar que de fato exista esse isolamento é um tanto quanto precipitado e reducionista, uma vez que os processos históricos locais-regionais são complexos, intervenientes e interdependentes à medida que contribuem para o desenvolvimento regional, ainda que pautados em outros modelos de exploração socioeconômica e que são invisibilizados no contexto da região Norte e do Brasil.

No contexto amazônico e amapaense, os ciclos extrativistas de minerais e vegetais são historicamente recorrentes, possibilitaram e, ainda, promovem a concentração e o aumento demográfico nos centros regionais e nos eixos de exploração. Nas últimas décadas, a dinâmica do crescimento populacional na Região Norte do Brasil apresentou algumas especificidades:

Na Região Norte, o intenso crescimento populacional nas últimas duas décadas, apresenta especificidades na espacialização da população: maior estabilidade no surgimento e crescimento de pequenos centros urbanos, tais como habitats rurais, núcleos de garimpagem e enclaves de grandes empreendimentos; consolidação de centros urbanos regionais de porte médio como Parintins, Itacoatiara e Tabatinga (AM), Altamira, Itaituba, Marabá, Santarém, Redenção e Parauapebas (PA), Araguaína (TO), entre outros; e, por último, maior concentração populacional nas aglomerações de Manaus (AM), Belém (PA) e Macapá (AP) e nas capitais estaduais, uma vez que estas são receptáculos de parte da população migrante (OLIVEIRA et. al., 2011, p.44).

O perfil sociodemográfico contemporâneo do Amapá pode ser discernido em dois períodos históricos, sociopolíticos e administrativos distintos e intervenientes. O primeiro está associado à condição de Território Federal de 1943 até 1988, o segundo está relacionado com a influência da consolidação da estrutura de estado autônomo federado a partir de 1988.

Sabe-se que para depurar e compreender o desenvolvimento de uma região, estado e país, faz-se necessário articular informações, características e variáveis. Neste artigo foram utilizados os dados Demográficos, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Produto Interno Bruto, Transferências Federais, Balança Comercial, Número de Estabelecimentos Comerciais por Setor Econômico e Empregos Formais por setor da Economia. Estes dados destacam a evolução do processo de desenvolvimento que ainda é dependente das transferências federais e de postos de trabalho no serviço público, caracterizando um dos principais limites do processo de desenvolvimento amapaense.

O objetivo do artigo foi analisar o processo desigual do desenvolvimento regional amapaense, caracterizado e articulado na exploração e exportação de recursos naturais e na ampliação da concentração socioeconômica no eixo Macapá/Santana.

O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO AMAPÁ

Considerando a série histórica do IBGE de 1950 a 2017, o Amapá partiu de uma população absoluta de 37.477 habitantes para 68.889 habitantes entre 1950 e 1960, o que representa a maior taxa de crescimento da série histórica analisada, com 83,81%. Esse fenômeno está condicionado, compulsoriamente, a estruturação do território federal. Nesse mesmo período acontece a inversão da população urbana em relação à população rural, com uma taxa de urbanização de 51,37%, em face de 35,53% na Região Norte e 45,08% do Brasil (Tabela 1).

A população superou os 100 mil habitantes em 1970, mantendo a tendência das décadas anteriores com um crescimento populacional superior à média da Região Norte e do Brasil, porém, a série história indica que até a década de 1980 houve um ritmo decrescente no cres-

cimento populacional do Amapá. Em relação ao Brasil, o Amapá continuou com taxas de crescimento superior, mas pela primeira e única vez apresentou média inferior a Região Norte, que, desde então, passou a apresentar a inversão da população urbana em relação à população rural. Na condição de estado da federação, a população do Amapá alcançou 288.690 habitantes em 1991, com crescimento populacional superior a Região Norte e a média brasileira. Esse fenômeno foi impulsionado pela atividade de mineração para exportação e pela criação de diversos postos de trabalho na institucionalização dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

Tabela 1: Evolução da população do Brasil, Região Norte e estado do Amapá - 1950-1960-1970-1980-1991-2000-2010-2017

Ano	Local	Total	Urbana	Rural	Taxa de crescimento (%)	Total (%)	Taxa de urbanização (%)
1950	Brasil	51.944.397	18.782.891	33.161.506	-	100,00	36,15
	Região Norte	2.048.696	607.164	1.441.532	-	3,944	29,63
	Amapá	37.477	13.900	23.577	-	0,072	37,08
1960	Brasil	70.992.343	32.004.817	38.987.526	36,66	100,00	45,08
	Região Norte	2.930.005	1.041.213	1.888.792	43,01	4,127	35,53
	Amapá	68.889	35.390	33.499	83,81	0,097	51,37
1970	Brasil	94.508.583	52.904.744	41.603.839	33,12	100,00	55,97
	Região Norte	4.188.313	1.784.223	2.404.090	42,94	4,431	42,60
	Amapá	116.480	63.785	52.693	69,08	0,123	54,76
1980	Brasil	121.150.573	82.013.375	39.137.198	28,19	100,00	67,69
	Região Norte	6.767.249	3.398.897	3.368.352	61,57	5,585	50,22
	Amapá	180.078	106.424	73.654	54,59	0,148	59,09
1991	Brasil	146.917.459	110.875.826	36.041.633	18,71	100,00	75,46
	Região Norte	10.257.266	5.931.567	4.325.699	51,57	6,981	57,82
	Amapá	288.690	233.515	55.175	60,31	0,196	80,88
2000	Brasil	169.590.693	137.755.550	31.835.143	15,43	100,00	81,22
	Região Norte	12.893.561	9.002.962	3.890.599	25,70	7,602	69,82
	Amapá	475.843	423.581	52.262	64,82	0,280	89,01
2010	Brasil	190.755.799	160.925.792	29.830.007	12,48	100,00	84,36
	Região Norte	15.864.454	11.664.509	4.199.945	23,04	8,316	73,39
	Amapá	669.526	601.036	68.490	40,70	0,350	89,77
2017*	Brasil	207.660.929	-	-	8,862	100,00	-
	Região Norte	17.936.201	-	-	13,05	8,63	-
	Amapá	797.722	714.156	83.566	19,14	0,384	89,52

Fonte: Rauber, 2019. Adaptado de IBGE – Série Histórica. *Estimativa 2017.

Em 2000, evidencia-se uma forte concentração populacional no eixo econômico-demográfico Macapá, capital estadual, e Santana, cidade portuária, baseada no crescimento populacional de 64,82%, índice superior aos 27,70% da Região Norte e aos 15,43% do Brasil. Nessa perspectiva, a população total paulatinamente passa a se concentrar na cidade de Macapá e alcança o índice de 59,68% do total da população do estado (Tabela 2). A retração das taxas médias de crescimento do Amapá ocorre a partir de 2000, passando de 64,82% para 40,70% em 2010, tendência que se manifesta na estimativa de 2017. Apesar de ser a menor taxa de crescimento do estado do Amapá na série histórica, ainda se mantém superior ao crescimento da Região Norte e do Brasil.

A população rural do estado do Amapá em 2010 – conforme os dados do Censo do IBGE –, representou 10,23% da população total, constituindo 68.490 habitantes. Essa população se concentra principalmente nos lotes localizados nos 53 assentamentos rurais distribuídos ao longo dos eixos das Rodovias BR-156 e BR-210 e das áreas de floresta alagada pelo rio Amazonas, próximas da região metropolitana Macapá/Santana, mas, também, segundo o IBGE, nas quatro Terras Indígenas demarcadas e homologadas. A taxa de urbanização para o ano de

2010 alcança o índice de 89,77%, subsidiada pela concentração populacional nas áreas urbanas de Macapá e Santana, com 59,66% e 15,17%, respectivamente. Por sinal, são estes dois municípios que concentram 74,83% da população total do Amapá. Segundo Santos (2012), a urbanização concentrada e a centralidade excessiva de Macapá/Santana contribuíram para a existência de uma rede urbana sub-regional constituída de pequenas cidades, as quais, em sua maioria, apresentam um baixo contingente demográfico mesmo para os padrões da Amazônia.

Tabela 2: Estimativa da população urbana e rural por município no Estado do Amapá – 2017

Municípios	População			Taxa da População Total do AP (%)	Taxa de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural		
Amapá	8.757	7.577	1.180	1,10	86,52
Calçoene	10.525	8.572	1.953	1,32	81,44
Cutias	5.637	2.930	2.707	0,71	51,97
Ferreira Gomes	7.270	5.241	2.029	0,91	72,09
Itaubal	5.172	2.141	3.031	0,65	41,39
Laranjal do Jari	47.554	45.187	2.367	5,96	95,02
Macapá	474.706	454.454	20.252	59,5	95,73
Mazagão	20.387	9.912	10.475	2,55	48,61
Oiapoque	25.514	17.319	8.185	3,20	67,88
Pedra B. do Amapari	15.125	8.382	6.743	1,90	55,41
Porto Grande	20.611	13.180	7.431	2,58	63,94
Pracuúba	4.779	2.359	2.420	0,60	49,36
Santana	115.471	113.065	2.406	14,47	97,91
Serra do Navio	5.111	2.985	2.126	0,64	58,40
Tartarugalzinho	16.122	8.423	7.689	2,02	52,24
Vitória do Jari	14.991	12.429	2.562	1,88	82,91
Total	797.722	714.156	83.566	100,00	89,52

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de Série Histórica do IBGE.

Ainda que não sejam definitivos os dados do Censo para o período 2010/2020, o ano de 2017 apresenta a estimativa de 797.722 habitantes para a população total, o que representa 8,63% da população da Região Norte. Em termos de população nacional, é pouco significativo, com 0,385%. Em 2017, a população estimada urbana alcança 714.156 habitantes, enquanto a rural, com 83.556 habitantes, representa 10,48% da população total amapaense – Tabela 2. O maior efetivo de população rural, em números absolutos, encontra-se no município de Macapá, caracterizada por pequenas propriedades de agricultura familiar extrativista, que vendem seus excedentes na capital, mas, em menor escala, ainda se apresentam nos municípios de Mazagão, Porto Grande e Tartarugalzinho, com a presença de vários assentamentos rurais tradicionais e extrativistas e, nos municípios de Oiapoque e Pedra Branca do Amapari, em virtude dos assentamentos rurais e da população indígena.

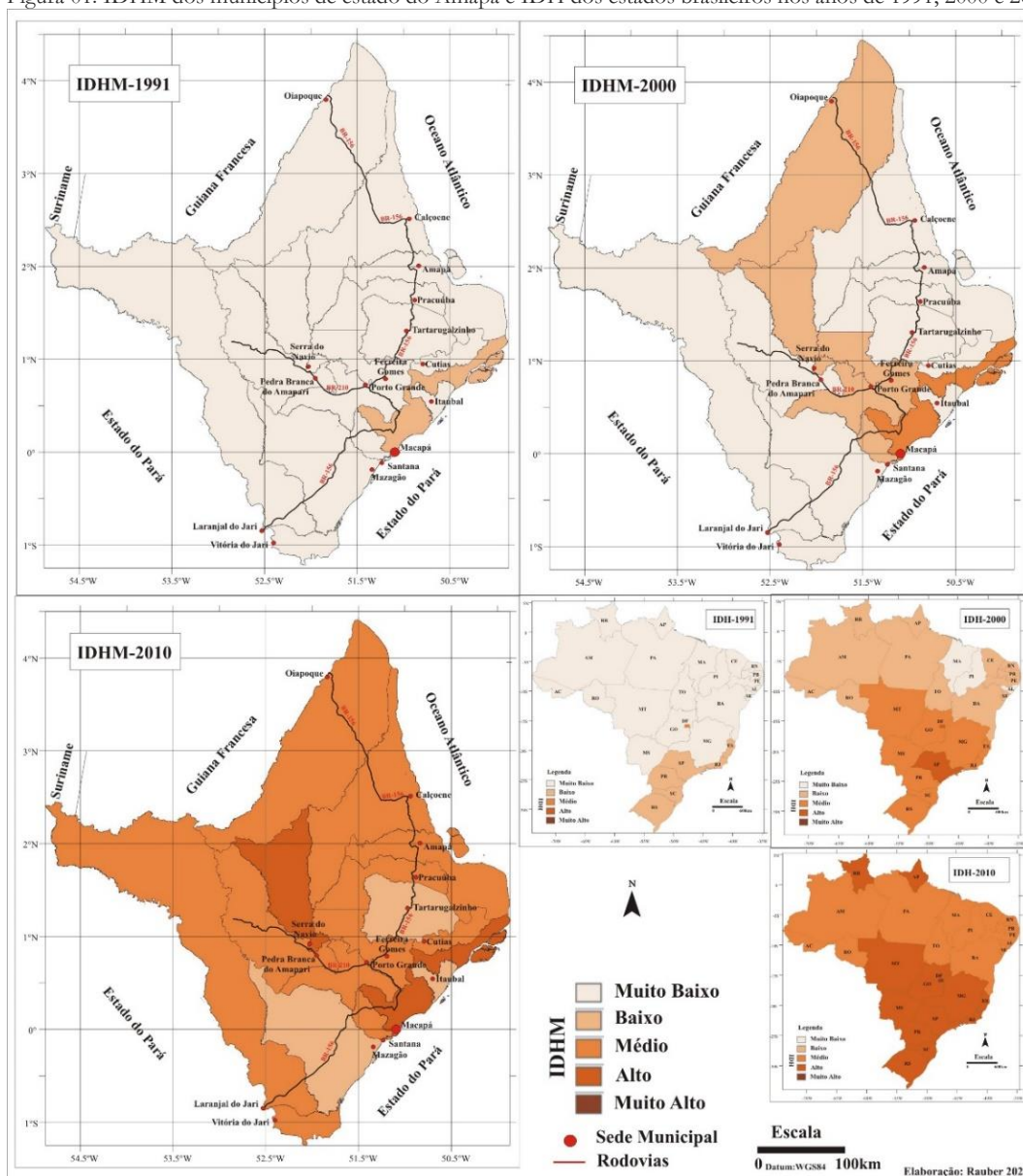
Para compreendermos a dinâmica social e econômica do Estado do Amapá. Considerou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), parâmetro que permite qualificar e ampliar a análise do desenvolvimento das sociedades, produzido pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), que foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em parceria da Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP). O IDH oferece um panorama das desigualdades sociais internas de um Estado, em suas instâncias municipais, regionais e estaduais, e, dessa forma, é constituído pelas dimensões: a) IDH – L: Longevidade, que considera a esperança de vida ao nascer; b) IDH – E: Educação, que considera o indicador de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem; e, c) IDH – R: Renda, que considera o padrão de vida pela renda mensal *per capita*.

O verbete “indicadores sociais” extraído de Hellmann e Castilhos (2016), apontam que os indicadores podem ser agrupados em sistemas ou sintetizados em índice. O IDH, por exemplo, criado em 1990 por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, aglutina informações sobre renda, educação e saúde, entretanto, a elaboração de índices põe em questão o sistema de pesos atribuídos a cada um dos indicadores que o compõem.

Riedl (2017), observa que a utilização do indicador de desenvolvimento “renda per capita” apresenta limitação e inadequação, especialmente por não levar em conta o perfil de distribuição dessa renda na população. Em resposta a essas restrições foi elaborado o IDH, que utiliza a média aritmética de três indicadores para medir o desenvolvimento de um país: esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade de menores de 5 anos e as taxas de alfabetização da população. A maior objeção na utilização desse indicador situa-se, fundamentalmente, no fato de atribuir peso igual a cada um dos atributos do indicador, sem prioridades ao setor econômico. Apresenta-se nas tabelas 3, 4 e 5 o IDHM,⁴ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil, do Amapá e de seus municípios, referente às séries históricas e anuais, considerando a população rural e urbana do Amapá. Os índices IDHM – E, IDHM – L e IDHM – R mostram, em diversas dimensões destacadas nas tabelas, que o Amapá tem indicadores inferiores em relação ao Brasil – Figura 01 –, apesar de que, entre 1991 e 2010, houve uma melhoria significativa nos índices, sobretudo àqueles influenciados pela dimensão da educação (IDHM – E) no período de 2000 e 2010.

⁴ O IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município ou região. As faixas do IDHM são divididas em: a) Muito Baixo, de 0 até 0.499; b) Baixo, de 0.500 até 0.599; c) Médio, de 0.600 até 0.699; d) Alto, de 0.700 até 0.799; e) Muito Alto, de 0.800 até 1.

Figura 01: IDHM dos municípios de estado do Amapá e IDH dos estados brasileiros nos anos de 1991, 2000 e 2010



Fonte: Rauber, 2019

Conforme o Atlas (2013) da série histórica 1991, 2000 e 2010, o IDHM – E do Amapá apresentava um índice de 0.254 para o ano de 1991, faixa de desenvolvimento “muito baixa”. Em 2000, esse índice chegou em 0.424, faixa de desenvolvimento considerada ainda “muito baixa”. Em 2010, alcançou 0.629, atingindo uma faixa de desenvolvimento “média”. O IDHM – E é composto por diversas variáveis, nessa perspectiva a “% de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo” alcançou 31,92% em 1991, 45,03% em 2000 e 61,75% em 2010, dados que acusam uma evolução na Educação Básica. Outrossim, a variável “% de crianças de 5 a 6 anos na escola” também evoluiu significativamente, passou de 28,78% em 1991 para 64,25% em 2000 e chegou a 82,79% em 2010. As variáveis “% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo”, “% de 15 a 17 anos com fundamental completo”, bem como “% de 18 a 20 anos com ensino médio completo” também elevaram seus indicadores.

Tabela 3: IDHM do Brasil e Amapá – 1991-2000-2010/2014

Ano	Brasil				Amapá			
	IDHM	IDHM - E	IDHM - L	IDHM - R	IDHM	IDHM - E	IDHM - L	IDHM - R
1991	0.493	0.279	0.662	0.647	0.472	0.254	0.668	0.620
2000	0.612	0.456	0.727	0.692	0.577	0.424	0.711	0.638
2010	0.727	0.637	0.816	0.739	0.708	0.629	0.813	0.694
2011	0.742	0.676	0.820	0.729	0.700	0.652	0.791	0.656
2012	0.748	0.681	0.825	0.738	0.707	0.642	0.796	0.683
2013	0.757	0.696	0.831	0.745	0.727	0.692	0.802	0.688
2014	0.763	0.706	0.836	0.746	0.747	0.734	0.806	0.702

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013 e RADAR IDHM das Unidades da Federação, IPEA, 2014 e RADAR IDHM Brasil, IPEA, 2015.

O IDHM – L do estado do Amapá em 1991, 2000 e 2010 aumentou respectiva e consideravelmente de 0.668, para 0.711 e 0.813, passando de uma faixa de desenvolvimento considerada “média” para “alta”, e, posteriormente, para “muito alta”. A principal variável do índice de longevidade é a “esperança de vida ao nascer”, o estado do Amapá apresentou em 1991, 2000 e 2010, respectivamente, uma expectativa crescente 65,05 anos, para 67,68 e 73,80 anos. Apesar do IDH – E e do IDH – L apresentarem qualitativa evolução com faixas de melhor desempenho no Amapá, o IDHM – R manteve-se na mesma faixa de desenvolvimento “média”, em sua série histórica 1991, 2000 e 2010, com 0.620, 0.638 e 0.694, sendo que a variável “renda per capita” apresentou fraco desempenho, com valores de 378,57 reais em 1991, 424,57 reais em 2000 e 598,98 reais em 2010.

Tabela 4: IDHM do Brasil e Amapá, da população rural e urbana – 2013

População	Brasil				Amapá			
	IDHM	IDHM - E	IDHM - L	IDHM - R	IDHM	IDHM - E	IDHM - L	IDHM - R
Rural	0.586	0.441	0.775	0.589	0.558	0.415	0.778	0.538
Urbana	0.750	0.676	0.826	0.756	0.725	0.656	0.824	0.704
Total	0.727	0.637	0.816	0.739	0.708	0.629	0.813	0.694

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

A população rural e urbana no Amapá e no Brasil apresenta nítida disparidade em relação ao IDHM (Tabela 4). Em 2013, o Brasil e o Amapá apresentaram uma faixa de desenvolvimento “baixa” para a população rural, com os índices 0.586 e 0.558, de forma inversa, a população urbana, tanto no Brasil quanto no Amapá, mostraram uma faixa de desenvolvimento “alta”, respectivamente, com 0.750 e 0.725. As variáveis do IDHM – E e do IDHM – R evidenciam a disparidade entre a população rural e urbana, sobretudo pelas diferenças de acesso destas categorias sociais às políticas públicas e às atividades que agregam potencial econômico. A população rural interfere discretamente na média do IDHM estadual em virtude de representar menos de 10% da população total do estado.

O comportamento do IDHM nos municípios do Amapá acusa avanços significativos entre os anos de 1991 e 2010 (Tabela 5). Em 1991, somente o município de Macapá não apresentava faixa de desenvolvimento “muito baixa”. Nesse cenário, destacam-se as situações precárias de alguns municípios entre as piores posições do ranking nacional,⁵ como Cutias (5.512°), Pra-cuúba (5.377°) e Pedra Branca do Amapari (5.158°). De modo geral, ocorreu uma melhoria destes municípios, situados em piores posições em 1991, para a faixa de desenvolvimento “média” em 2010. Por outro lado, os municípios de Itaubal (4.718°), Mazagão (4.331°) e Tartarugalzinho (4.331°) evoluíram da faixa “muito baixa” para “baixa”.

⁵ Considerando que desde 2000 o Brasil possui um total de 5.570 municípios.

Tabela 5: IDHM e posição dos municípios no Estado do Amapá – 1991-2000-2010

Município	IDHM 1991	Posição 1991	IDHM 2000	Posição 2000	IDHM 2010	Posição 2010	Variação da Posição 1991/2010
Amapá	0.391	2.640°	0.498	3.246°	0.642	3.254°	-614°
Calçoene	0.342	3.390°	0.488	3.381°	0.643	3.234°	156°
Cutias	0.161	5.512°	0.444	4.029°	0.628	3.519°	1993°
Ferreira Gomes	0.320	3.788°	0.537	2.719°	0.656	2.986°	802°
Itaubal	0.268	4.717°	0.415	4.536°	0.575	4.718°	-1°
Laranjal do Jari	0.349	3.286°	0.481	3.481°	0.665	2.776°	510°
Macapá	0.525	453°	0.622	1.138°	0.733	940°	-487°
Mazagão	0.319	3.808°	0.434	4.199°	0.592	4.331°	-523°
Oiapoque	0.388	2.688°	0.537	2.719°	0.658	2.946°	-258°
Pedra B. Amapari	0.235	5.158°	0.442	4.064°	0.626	3.561°	1597°
Porto Grande	0.407	2.360°	0.520	2.963°	0.640	3.291°	-931°
Pracuúba	0.203	5.377°	0.440	4.099°	0.614	3.820°	1557°
Santana	0.426	2.037°	0.562	2.298°	0.692	2.134°	-97°
Serra do Navio	0.416	2.192°	0.569	2.180°	0.709	1.638°	554°
Tartarugalzinho	0.311	3.946°	0.450	3.930°	0.592	4.331°	-385°
Vitória do Jari	0.336	3.497°	0.459	3.794°	0.619	3.721°	-224°

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Tanto o município de Cutias quanto o de Pedra Branca do Amapari obtiveram significativa melhoria no IDH no período da série histórica, mas, os municípios que mais perderam posições no ranqueamento nacional na série histórica foram Porto Grande, Amapá, Mazagão e Macapá, cenário que indica uma piora nas condições de desenvolvimento.

Apesar dos índices sinalizarem avanços gradativos em seus indicadores, nove municípios amapaenses obtiveram um desempenho negativo na sua posição no ranqueamento nacional entre 1991 e 2010. Destaca-se negativamente o município de Macapá que apesar de estar no status de capital estadual apresentou na série histórica a perda de 487 posições, sendo atualmente a 940° no ranqueamento nacional no quesito IDHM. Os dados evidenciam as deficiências e as maiores dificuldades da implementação das políticas públicas no contexto socioeconômico e regional que os municípios do estado do Amapá estão inseridos.

OS ASPECTOS ECONÔMICOS E OS CICLOS DE EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador importante para mensurar o comportamento da atividade econômica, e, nesse aspecto, o indicador econômico do Amapá apresenta uma evolução superior ao da Região Norte e da média brasileira na série histórica entre 1991 e 2015, com um crescimento na ordem de 825,30%, totalizando 13,86 bilhões de reais em 2015 (Tabela 6). O PIB amapaense de 2015 compõe, de forma tímida, a economia brasileira na ordem de apenas 4,32% do total da Região Norte e 0,23% do PIB brasileiro.

Tabela 6: Evolução do PIB do Brasil, Região Norte e Amapá - 1991-2000-2010-2015

Região	PIB (R\$ 1.000.000,00)				Composição por região (%)				Evolução 1991/2015
	1991	2000	2010	2015	1991	2000	2010	2015	
Brasil	931.876	1.179.482	3.770.085	5.904.300	100	100	100	100	533,59
Norte	43.915	51.706	201.511	320.775	4,712	4,383	5,344	5,432	630,43
Amapá	1.498	2.357	8.266	13.861	0,160	0,199	0,219	0,234	825,30

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de IBGE, 2019.

O setor de serviços no Amapá se sobressaiu na composição do PIB na série histórica –

1991, 2000, 2010 e 2015 –, com participação estabilizada de aproximadamente 85% do total estadual (Tabela 7). Enquanto isso, o PIB agropecuário em 2015 representou somente 2,10% da composição estadual, e vem gradativamente decrescendo, o que evidencia baixa produção, produtividade e valor agregado da agropecuária. Deve-se considerar que, até então, a agropecuária empresarial ainda não se fazia presente no estado. A retração do PIB agropecuário estadual foi de -34,57%, e o nacional de -1,88%, entre 2010 e 2015. Enquanto isso, a Região Norte teve um acréscimo de 11,19%.

A série história evidencia que o PIB industrial do Amapá tem percentuais inferiores às médias da Região Norte e do Brasil. Em 2015 este indicador representava 12,1% do PIB estadual, enquanto a Região Norte e o Brasil indicam, respectivamente, 24,96% e 22,7% da composição total do PIB. O comportamento do setor industrial amapaense é dependente dos resultados cíclicos da indústria de extração mineral e vegetal. A composição do PIB de serviços do Amapá é influenciada em grande medida pela atividade comercial e pela quantidade significativa de empregos públicos, 85,8% da composição estadual, que apresentava índices muito superiores às médias da Região Norte (24,96%) e do Brasil (22,7%) em 2015.

Tabela 7: Evolução da composição do Produto Interno Bruto do Brasil, Região Norte e Amapá – 1991-2000-2010-2015

Região	Agropecuária (%)				Evolução (1991-2000)	Evolução (2000-2010)	Evolução (2010-2015)
	1991	2000	2010	2015			
Brasil	7,2	5,6	5,3	5,2	-22,62	-5,36	-1,88
Norte	17,2	10,1	9,56	10,63	-41,02	-5,63	11,19
Amapá	4,2	3,7	3,21	2,10	-12,27	-12,3	-34,57
Região	Indústria (%)				Evolução (1991-2000)	Evolução (2000-2010)	Evolução (2010-2015)
	1991	2000	2010	2015			
Brasil	37,9	27,7	28,0	22,7	-26,75	1,23	-18,92
Norte	34,0	26,5	34,1	24,96	-22,08	28,86	-26,80
Amapá	9,3	13,1	9,96	12,1	41,16	-24,2	21,48
Região	Serviços (%)				Evolução (1991-2000)	Evolução (2000-2010)	Evolução (2010-2015)
	1991	2000	2010	2015			
Brasil	54,1	66,7	66,63	72,0	23,31	-0,06	8,05
Norte	48,9	63,4	56,33	64,41	29,78	-11,15	14,34
Amapá	86,5	83,2	86,83	85,8	-3,84	4,36	-1,18

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de IBGE, 2017.

Em perspectiva, percebe-se que o PIB dos municípios está concentrado sobremaneira no setor terciário, com percentuais superiores a 80%, destacando-se os municípios de Vitória do Jari (92,8%), Laranjal do Jari (92,4%), Oiapoque (90,4%) e a capital Macapá (89,9%), todos para o ano de 2014. Os municípios de Pracuúba (31,4%), Cutias (25,2%), Tartarugalzinho (21,2%), Itaubal (18,6%) e Calçoene (15,7%) apresentam os maiores percentuais do setor primário na composição do PIB municipal. As maiores variações de crescimento do setor primário entre 2011 e 2014 ocorreram em Cutias (4,7%), Itaubal (1,7%) e Tartarugalzinho (1,2%), crescimento este influenciado pela pecuária de bubalinos e pela implantação da sojicultura em algumas áreas dos municípios de Itaubal e Tartarugalzinho a partir de 2013.

No setor secundário, em 2014 se destacaram os municípios de Ferreira Gomes (38,0%) – potencializado pela geração de energia das hidrelétricas Coaracy Nunes e Ferreira Gomes –, Pedra Branca do Amapari (34,1%) – potencializado pelas empresas mineradoras Beadell e Anglo Ferrous Amapá – e o município de Santana (15,4%) – potencializado com a estrutura do porto de Santana, utilizado pela AMCEL no pré-beneficiamento das toras de eucalipto em cavacos para exportação.

O PIB dos municípios amapaenses, entre 2011 e 2015, a preço de mercado corrente, de-

monstra a disparidade econômica entre a região metropolitana Macapá/Santana, detentora de 79,9%, e os demais municípios com apenas 20,10% do PIB estadual para 2015. No que se refere a variação do PIB entre 2011 e 2015, o município de Ferreira Gomes registrou o maior crescimento (274,48%), alavancado pela geração de energia hidroelétrica. O menor crescimento municipal foi de Pedra Branca do Amapari, impactado pela paralização da exploração e exportação de minério de ferro em 2013, em virtude do desabamento da estrutura de embarque de Anglo Ferrous Amapá no porto de Santana. Apesar do município de Macapá concentrar praticamente 2/3 do PIB estadual, sua taxa de crescimento entre 2011 e 2015 foi próxima a média estadual, indicando um cenário futuro de permanência e intensificação da concentração econômica na capital estadual.

Tabela 8: Distribuição do Produto Interno Bruto nos setores da economia dos municípios no Estado do Amapá - 2011-2014

Município	Ano de 2011 – (%)			Ano de 2014 – (%)			Variação Primário	Variação Secundário	Variação Terciário
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário			
Amapá	18,3	0,3	81,4	15,7	2,3	82,0	-2,6	2,0	0,6
Calçoene	8,2	18,6	73,2	11,0	4,9	84,1	-2,7	-7,6	10,9
Cutias	20,5	0,5	79,0	25,2	0,5	74,3	4,7	0,0	-4,7
Ferreira Gomes	3,7	41,8	54,5	1,7	38,0	60,3	-2,0	-3,8	5,8
Itaubal	16,9	0,7	82,4	18,6	0,5	80,9	1,7	-0,2	-1,5
Laranjal do Jari	1,9	3,5	94,6	2,0	5,6	92,4	0,1	2,1	-2,2
Macapá	0,6	7,0	92,4	0,6	9,5	89,9	0,0	2,5	-2,5
Mazagão	9,5	15,9	74,6	10,7	8,0	81,3	1,2	-7,9	6,7
Oiapoque	5,8	3,1	91,1	6,0	3,6	90,4	0,2	0,5	-0,7
Pedra B. Amapari	1,8	33,7	64,5	2,4	34,1	63,5	0,6	0,4	1,0
Porto Grande	26,1	5,3	68,6	10,5	8,0	81,5	-15,6	2,7	12,9
Pracuúba	30,8	2,1	67,1	31,4	0,9	67,7	0,6	-1,2	0,6
Santana	0,8	15,6	83,6	0,8	15,4	83,8	0,0	-0,2	0,2
Serra do Navio	6,2	1,0	92,8	6,0	10,2	83,8	-0,2	9,2	-9,0
Tartarugal-Zinho	19,9	2,4	77,7	21,2	1,8	77,0	1,3	-0,6	-0,7
Vitória do Jari	4,0	2,5	93,5	3,1	4,1	92,8	-0,9	1,6	0,7

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado da série histórica a preço de mercado corrente IBGE– 2018.

Tabela 9: Evolução do Produto Interno Bruto total anual (x1000) dos municípios no Estado do Amapá – 2011/ 2015

Município	2011	2012	2013	2014	2015	Variação 2011/15 (%)	% do total do estado em 2015
Amapá	84.676	108.186	134.479	167.323	133.948	58,19	0,97
Calçoene	116.100	130.566	142.502	122.045	133.638	15,10	0,97
Cutias	44.654	51.805	58.181	59.172	64.275	43,94	0,46
Ferreira Gomes	91.962	106.821	155.000	190.728	344.384	274,48	2,49
Itaubal	36.774	43.609	479.89	49.006	51.164	39,13	0,37
Laranjal do Jari	395.925	468.851	541.838	542.162	559.807	41,39	4,04
Macapá	6.196.918	7.450.351	8.279.310	8.901.882	9.085.050	46,60	65,54
Mazagão	173.752	177.378	214.913	207.989	201.204	15,80	1,45
Oiapoque	218.669	245.650	288.112	282.062	300.960	37,63	2,17
P. B. Amapari	248.428	263.375	356.398	290.274	279.611	12,55	2,02
Porto Grande	219.701	244.873	267.558	274.427	292.899	34,68	2,11
Pracuúba	41.193	50.224	57.776	58.417	55.657	35,11	0,40
Santana	1.274.490	1.476.679	1.819.411	1.874.614	1.990.899	56,21	14,36
Serra do Navio	42.743	49.451	54.042	58.194	55.869	30,71	0,40
Tartarugalzinho	112.856	136.170	194.912	163.697	164.791	46,02	1,19
Vitória do Jari	110.385	126.790	151.064	158.293	147.046	33,21	1,06
Total	9.409.226	11.130.779	12.763.485	13.400.285	13.861.201	47,31	100,00

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de IBGE - série histórica a preço de mercado corrente..

Na composição da geração econômica, as transferências federais para o estado do Amapá foram de 2,8 bilhões de reais em 2017, representando um decréscimo de 5,59% em relação ao ano de 2016 (Tabela 10). O item que representa o maior índice na composição das transferências federais é o Fundo de Participação Estadual – FPE.⁶ O FPE tem critérios percentuais diferenciados no rateio entre os estados, sendo efetuados maiores repasses para os estados da Região Norte, Nordeste e Centro Oeste. Foi repassado ao Amapá, em 2017, o valor de 2,27 bilhões de reais, o que representa 3,34% do total distribuído entre os estados brasileiros, sendo o décimo maior coeficiente. Evidencia-se a dependência econômica em relação ao governo federal pelo montante recebido via FPE em relação ao total de recursos arrecadados pelo estado do Amapá.

As transferências federais sobre Imposto de Produtos Industrializados Exportados IPI/EXP para o estado do Amapá foram modestas entre 2010 e 2017 (Tabela 10). Em 2017, essas transferências foram de 6,36 milhões de reais, representando 0,23% do total das transferências federais, o que indica a insignificante produção industrial e inexpressiva exportação de produtos industrializados. Conforme os dados fornecidos pelo Tesouro Nacional, o coeficiente médio destas transferências federais para o Amapá entre 2007 e 2016 foi de 0,14% do total nacional, posicionado na 20ª colocação, com índices superiores, respectivamente, aos estados de Roraima, Acre, Piauí, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal.

Tabela 10: Principais Transferências Federais para o Estado do Amapá – 2010/2017

Ano	CIDE (R\$ x1000)	FPE (R\$ x1000)	FUNDEB (R\$ x1000)	IPI/EXP (R\$ x1000)	LC 87/96 (R\$ x1000)	Royalties (R\$ x1000)	Total/AP (R\$ x1000)	Evolução (%)
2010	8.397 (0,50%)	1.331.502 (78,40%)	341.965 (20,13%)	3.110 (0,18%)	4.755 (0,28%)	8.675 (0,51%)	1.698.404 (100%)	-
2011	10.142 (0,49%)	1.640.154 (79,02%)	404.111 (19,47%)	3.972 (0,19%)	4.755 (0,23%)	12.550 (0,60%)	2.075.684 (100%)	22,21
2012	5.443 (0,25%)	1.691.140 (78,11%)	444.858 (20,55%)	5.771 (0,27%)	4.755 (0,22%)	13.105 (0,60%)	2.165.053 (100%)	4,30
2013	288 (0,01%)	1.818.738 (78,28%)	478.842 (20,61%)	7.553 (0,33%)	4.755 (0,21%)	13.084 (0,56%)	2.323.260 (100%)	7,30
2014	585 (0,02%)	1.981.899 (79,18%)	494.715 (19,77%)	6.844 (0,27%)	4.755 (0,19%)	14.176 (0,57%)	2.502.974 (100%)	7,73
2015	2.224 (0,09%)	2.084.926 (80,07%)	488.876 (18,78%)	8.482 (0,33%)	4.755 (0,18%)	14.441 (0,55%)	2.603.704 (100%)	4,02
2016	5.924 (0,20%)	2.401.243 (80,86%)	534.010 (17,98%)	6.773 (0,23%)	4.755 (0,16%)	16.756 (0,57%)	2.969.461 (100%)	14,04
2017	7.730 (0,28%)	2.272.374 (81,06%)	495.378 (17,67%)	6.369 (0,23%)	4.755 (0,17%)	16.651 (0,59%)	2.803.257 (100%)	-5,59

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de Tesouro Nacional, 2018

Apesar da quantidade expressiva de energia hidroelétrica gerada e de recursos minerais explorados pelo estado do Amapá, as transferências federais oriundas de *royalties* atingiram um montante de 16,65 milhões de reais, o que representa irrisórios 0,59% do total estadual em 2017. No Amapá, o total das transferências pelos *royalties* é composto por: a) Compensação Financeira pela exploração mineral – CFM; b) Compensação Financeira pela exploração de recursos hídricos para a geração de energia – CFH; c) Fundo especial do petróleo – FEP; e, d) *Royalties* pela produção de Petróleo e Gás Natural – ANP.

⁶ O Fundo de Participação Estadual – FPE consiste em uma alíquota de arrecadação de 21,5% sobre o total nacional arrecadado sobre o Imposto de Renda - IR e o Imposto de Produtos Industrializados – IPI, regulamentado pela Constituição Federal de 1988 – Art.159 Inciso I.

Tabela 11: Transferências Federais e Estaduais aos municípios do Amapá – 2011-2016

Município	Ano – 2011			Ano – 2016			% do total do Amapá - 2016
	Estadual R\$ x1000	Federal R\$ x1000	Total R\$ x1000	Estadual R\$ x1000	Federal R\$ x1000	Total R\$ x1000	
Amapá	140,42	4.933,41	5.073,83	1.755,90	7.763,88	9.519,78	1,23
Calçoene	247,63	5.782,51	6.030,14	1.983,04	10.510,65	12.493,69	1,61
Cutias	34,01	3.526,33	3.560,34	971,76	5.769,73	6.741,46	0,87
Ferreira Gomes	1.192,72	4.800,88	5.993,60	3.762,46	10.258,70	14.021,16	1,81
Itaubal	12,82	3.575,11	3.587,96	1.177,19	6.603,91	7.781,10	1,00
Laranjal do Jari	753,69	23.996,45	24.750,14	4.021,23	36.693,00	40.714,23	5,25
Macapá	434.833,80	190.228,82	625.062,62	93.726,11	356.852,57	450.578,68	58,13
Mazagão	663,12	11.887,28	12.550,40	1.735,31	17.298,74	19.034,05	2,46
Oiapoque	865,07	11.724,93	12.590,00	2.498,59	21.019,60	23.518,19	3,04
P. B. Amapari	4.149,04	15.242,36	19.391,40	12.082,08	12.398,49	24.480,57	3,16
Porto Grande	1.177,45	11.743,14	12.920,59	2.586,51	21.487,26	24.073,77	3,11
Pracuúba	18,99	3.174,98	3.193,97	1.439,63	5.553,91	6.993,54	0,90
Santana	102.174,29	35.153,71	137.328,00	31.524,02	59.528,38	91.052,40	11,75
Serra do Navio	180,36	4.111,85	4.292,21	3.320,87	6.083,65	9.404,52	1,21
Tartarugalzinho	96,75	7.389,19	7.485,94	1.380,15	13.161,05	14.541,20	1,87
Vitória do Jari	1.252,02	11.717,30	12.969,32	1.540,31	18.681,33	20.221,64	2,60
Total	547.792,18	348.988,25	896.780,43	165.505,16	609.664,85	775.170,01	100,00

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de IBGE - série histórica.

As transferências federais e estaduais para os municípios amapaenses totalizaram 775,1 milhões de reais em 2016, com os maiores repasses para os municípios de Macapá (58,13%) e Santana (11,75%), sendo que os demais repasses de 30,12% foram distribuídos para os outros 14 municípios. A arrecadação estadual sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (25% do arrecadado) e sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA (50% do arrecadado) compõem as transferências estaduais para os municípios, apresentando em 2016 a quantia de 165,5 milhões de reais, compondo valores baixos, principalmente, oriundos do ICMS em virtude da atuante informalidade econômica, sendo um dos gargalos para as gestões municipais na implementação e/ou ampliação de políticas públicas.

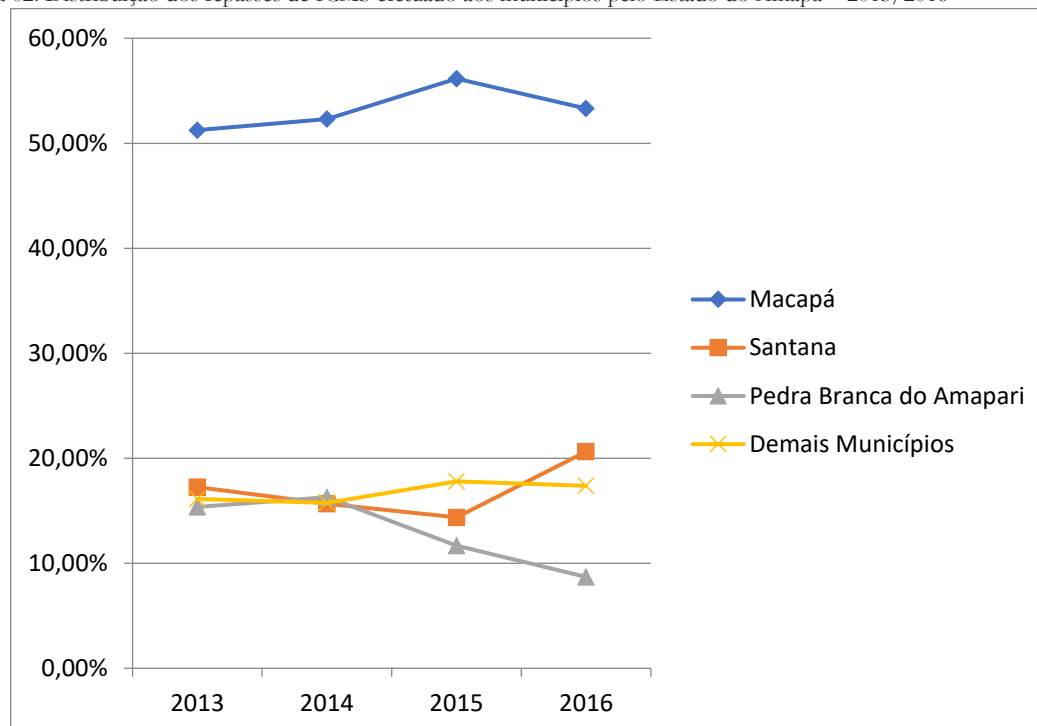
Na distribuição dos repasses estaduais de ICMS – que correspondem a 25% da arrecadação total –, Macapá recebe 56,63%, Santana recebe 19,04% e Pedra Branca do Amapari recebe 7,30%, valores somados que indicam os maiores repasses estaduais, enquanto os demais 13 municípios repartem os 17,03% restantes dos repasses (Figura 2). Em contraponto, destaca-se que Pedra Branca do Amapari apresentou significativo decréscimo dos repasses em virtude da paralização das exportações de minério de ferro a partir de 2014.

No que tange ao desempenho da balança comercial, a Tabela 12 mostra o comportamento positivo nas exportações no contexto do comércio exterior brasileiro, apresentando um saldo positivo na ordem de 220,93 milhões de dólares em 2017. Todavia, com base na série histórica, houve grande inconstância nas exportações estaduais influenciadas principalmente pelos ciclos de produção mineral.

Essas exportações entre 1991 e 2000 apresentaram decréscimo ligado ao encerramento das atividades de mineração industrial do manganês, no município de Serra do Navio, pela empresa Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minérios de Ferro e Manganês – ICOMI, passando nesse período de 0,17% para 0,07% do total das exportações nacionais. Mas entre os anos de 2000 e 2010 ocorreu um significativo aumento das exportações alavancadas pela exportação de minério de ferro pela Anglo Ferrus Amapá Mineração Ltda, e pelas exportações de cavacos de madeira de eucalipto pela AMCEL, representando novamente 0,17% do

total das exportações nacionais.

Figura 02: Distribuição dos repasses de ICMS efetuado aos municípios pelo Estado do Amapá – 2013/2016



Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado da série histórica da Secretaria de Estado da Fazenda do Amapá – SEFAZ/AP (2017).

Tabela 12: Evolução da Balança Comercial no Brasil e Estado do Amapá – 1991-2000-2010//2017

Local	Anos	Exportações US\$ FOB	Importações US\$ FOB	Saldo US\$ FOB	Exportações %	Importações %
Brasil	1991	31.620.459.000	21.041.458.000	10.579.001.000	100,00	100,00
	2000	55.085.595.000	55.834.343.000	-748.748.000	100,00	100,00
	2010	201.915.283.330	181.648.675.604	20.266.607.726	100,00	100,00
	2011	256.039.574.768	226.246.755.801	29.792.818.967	100,00	100,00
	2012	242.578.013.546	223.183.476.643	19.394.536.903	100,00	100,00
	2013	242.033.574.720	239.747.515.987	2.286.058.733	100,00	100,00
	2014	225.100.884.831	229.154.462.583	-4.053.577.752	100,00	100,00
	2015	191.134.324.584	171.449.050.909	19.685.273.675	100,00	100,00
	2016	185.235.400.805	137.552.002.856	47.683.397.949	100,00	100,00
Amapá	2017	217.739.177.077	150.749.452.949	66.989.724.128	100,00	100,00
	1991	53.315.000	26.888.000	26.427.000	0,17	0,13
	2000	35.998.815	28.282.050	7.716.765	0,07	0,05
	2010	352.978.000	49.148.000	303.831.000	0,17	0,03
	2011	602.792.470	67.689.128	535.103.342	0,23	0,03
	2012	447.241.260	123.546.235	323.695.025	0,18	0,05
	2013	416.167.277	95.939.774	320.227.503	0,17	0,04
	2014	425.348.295	111.510.049	313.838.246	0,18	0,04
	2015	250.152.100	55.146.457	195.005.645	0,13	0,03
	2016	264.084.821	24.038.209	240.046.612	0,14	0,01
	2017	282.028.422	61.088.524	220.939.898	0,13	0,04

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (2018)

O cenário de inconstância continua. As exportações em 2011 chegaram ao pico da série histórica, com 602,79 milhões de dólares, o que representa 0,23% do total nacional. Porém, em 2015 as exportações exibem decréscimo expressivo em virtude da paralização das exportações de minério de ferro, sendo que as exportações representam 250,15 milhões de dólares,

com 0,13% da participação nacional. Entre 2015 e 2017, o montante de exportações apresenta pequeno acréscimo nos valores em termos de participação nacional.

Verificam-se decréscimos contínuos na participação do Amapá na composição das importações nacionais para 1991, que foi de 0,13%. Em 2000, a participação chegou a 0,05% e, em 2010 e 2015, a participação alcançou 0,03%. A redução nos índices de participação nas últimas duas décadas reflete a redução das vendas na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em razão da abertura do mercado brasileiro (FILOCREAO, 2015).

Quanto ao comportamento na série histórica das exportações dos produtos amapaenses, destacam-se os produtos minerais (Tabela 13). Em 1991, 89,98% das exportações eram compostas por minérios, especialmente manganês e seus subprodutos produzidos pela ICOMI. Mas tais exportações também são compostas pela exportação de peixes e crustáceos (9,44%) e por madeira serrada (0,58%).

Tabela 13: Valor dos Principais Produtos Exportados no Amapá – 1991-2000-2010-2015/2017

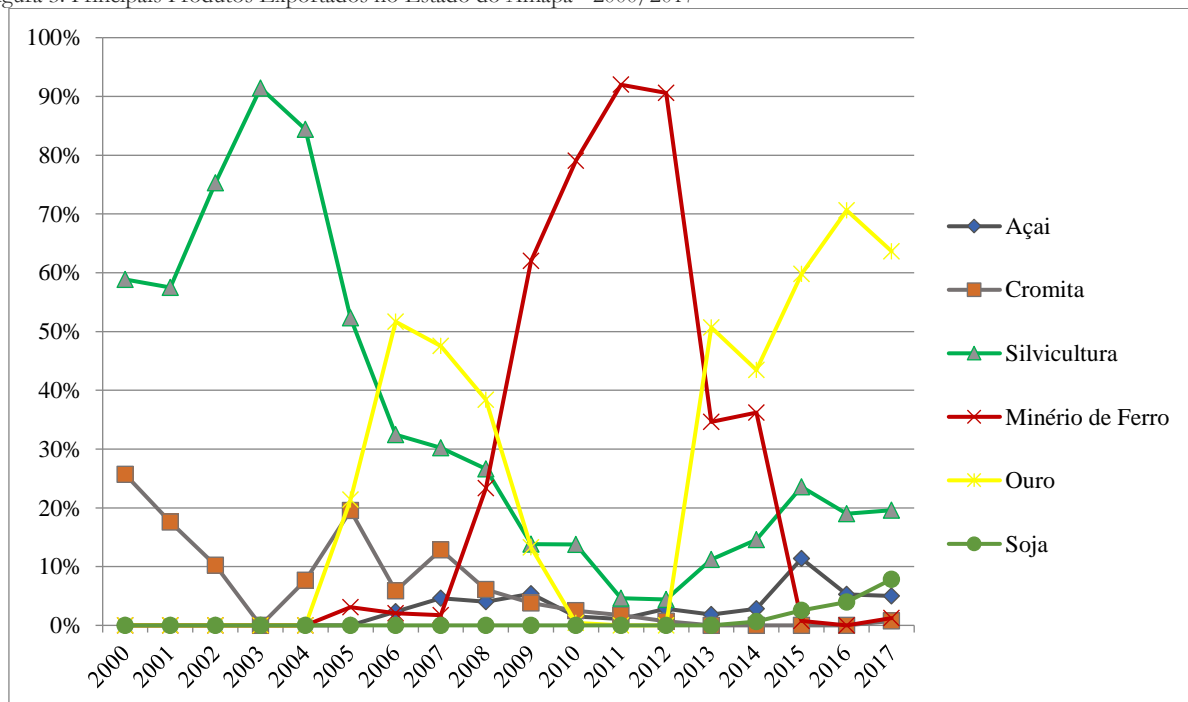
Principais Produtos Exportados em 1991	US\$ FOB	%
Minérios, escórias e cinzas	40.531.479	74,16
Produtos de Aço	8.647.095	15,82
Peixes, crustáceos e outros invertebrados	5.157.142	9,44
Madeira, carvão e obras de madeira	319.177	0,58
Principais Produtos Exportados em 2000	US\$ FOB	%
Madeira de coníferas, em estilhas ou em partículas	21.190.116	58,86
Cromita (minérios de cromo)	9.244.757	25,68
Palmitos preparados ou conservados	2.756.345	7,66
Minérios de Nióbio, Tântalo ou Vanádio, e seus concentrados	1.268.629	3,52
Principais Produtos Exportados em 2010	US\$ FOB	%
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	279.150.524	79,08
Madeira de não coníferas, em estilhas ou em partículas	42.074.706	11,92
Cromita (minérios de cromo)	8.808.010	2,50
Outras frutas, partes de plantas, preparos/conservas	5.447.958	1,54
Principais Produtos Exportados em 2015	US\$ FOB	%
Ouro em barras e perfis de seção maciça	149.564.039	59,79
Madeira de não coníferas, em estilhas ou em partículas	59.010.733	23,59
Outras frutas, partes de plantas, preparos/conservas	28.408.103	11,36
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	6.383.130	2,55
Principais Produtos Exportados em 2016	US\$ FOB	%
Ouro em barras e perfis de seção maciça	179.315.276	67,90
Madeira de não coníferas, em estilhas ou em partículas	50.169.178	19,00
Outras frutas, partes de plantas, preparos/conservas	13.959.474	5,29
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	10.527.622	3,99
Principais Produtos Exportados em 2017	US\$ FOB	%
Ouro em barras e perfis de seção maciça	172.994.538	61,34
Madeira de não coníferas, em estilhas ou em partículas	55.283.268	19,60
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	22.142.619	7,85
Outras frutas, partes de plantas, preparos/conservas	14.169.032	5,02

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – Série Histórica.

No ano 2000, com o término das atividades de exploração do manganês, o produto de destaque foi a madeira de coníferas (*Pinnus eliottis*) na forma de lascas e partículas, que provém do plantio florestal extensivo e se destina a produção de celulose, com 58,86% das exportações. Dentre os demais produtos exportados, destacam-se a cromita (25,68%), o palmito de açaí (7,66%) e os minérios de nióbio e tântalo (3,52%). Em 2010, os principais produtos exportados voltam a ser minérios (81,58%), com destaque para o minério de ferro, que alcança 79,08% do total estadual; procedidos pela madeira em cavacos da silvicultura para produção de celulose, com 11,92%, e pelos novos produtos vegetais, em especial, o açaí, com 1,54%.

Em 2015, o minério de ferro e a cromita saem da pauta de exportações de minérios, substituídos pelo ouro em barra, que representou 59,79% das exportações, alavancada pela alta produção da empresa Beadell Brasil Ltda, no município de Pedra Branca do Amapari. Dentre os demais produtos exportados em 2015, destacam-se a madeira em cavacos da silvicultura com 23,59%, o açaí com 11,36% e, a soja, com 2,55%, produto este que consta pela primeira vez no rol das exportações. Em 2016, continuaram os mesmos produtos a serem exportados, com o aumento significativo de ouro em barra, chegando a 179,31 milhões de dólares, 67,90% das exportações, a madeira em cavacos da silvicultura com 19%, o açaí com 5,29% e, a soja com 3,99%.

Figura 3: Principais Produtos Exportados no Estado do Amapá - 2000/2017



Elaborado por Rauber, 2019.

Em 2017, o ouro em barra representou 61,34%, a madeira em cavacos da silvicultura com 19,60%, a soja com 7,85% e o açaí com 5,02%. Destaca-se a inexistência de exportações significativas de madeira em toras e/ou tábuas não oriundas de silvicultura, na série histórica dos produtos exportados, o que indica que esta atividade atende somente ao mercado local ou está ocorrendo de forma ilegal. As exportações relativas a pecuária não ocorrem em virtude do status sanitário restritivo, o que também procede com a fruticultura. Nas atividades agrícolas, o único produto exportado foi a soja que, a partir de 2015, evidencia o início desta atividade com o avanço recente da fronteira agrícola no Amapá, que segundo Venturieri (2017) e Rauber (2019), apresenta potencialidade de incorporação e conversão de mais de 400 mil hectares do Cerrado Amapaense.

A distribuição do número de estabelecimentos por setor econômico da estrutura produtiva estadual passou de 2.598 estabelecimentos em 2000 para 13.543 em 2017 (Tabela 14). Os setores que apresentaram os maiores crescimentos entre 2000 e 2017 foram: a) Serviços Industriais de Utilidade Pública (1.120,0%); b) Extrativa Mineral (900,0%); c) Agropecuária (448,8%); d) Construção Civil (433,5%); e) Serviços (407,7%); f) Indústria da Transformação

(345,9%); g) Comércio (318,3%); h) Administração Pública (93,7%).

Tabela 14: Estabelecimentos por setor econômico no Estado do Amapá – 2000-2010-2017

Sector	2000	2010	2017	Variação (%) entre 2000-2017
Extrativa Mineral	5	22	50	900,0
Indústria de Transformação	161	306	718	345,9
Serviços industriais de Utilidade Pública	5	12	61	1.120,0
Construção Civil	164	308	875	433,5
Comércio	1.185	2.727	6.499	318,3
Serviços	987	1.858	5.011	407,7
Administração Pública	48	57	93	93,7
Agropecuária	43	104	236	448,8
Total	2.598	5.394	13.543	421,2

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de RAIS/CAGED (2019).

Tabela 15: Evolução dos empregos formais por setor da economia no Estado do Amapá – 2000-2010-2016

Sector	2000	2010	2016	Participação por setor em 2016 (%)	2000 -2016 (%)
Indústria Extrativa Mineral	19	1.081	887	0,71	900,0
Indústria de Transformação	2.149	3.024	3.267	2,60	52,02
Serviços ind. de Ut. Pública	8.068	1.463	1.145	0,91	-85,81
Construção Civil	2.177	4.618	5.056	4,03	132,25
Comércio	7.129	21.117	24.782	19,73	247,62
Serviços	14.064	26.004	28.776	22,91	104,61
Administração Pública	13.760	49.849	60.606	48,26	340,45
Agropecuária	149	1.035	1.072	0,85	619,46
Não Classificados	-	-	-	-	-
Total	47.515	108.191	125.591	100	164,31

Elaborado por Rauber, 2019. Fonte: Adaptado de RAIS/CAGED (2019).

Na evolução dos empregos formais, por setor da economia estadual, destaca-se a concentração do quantitativo de empregos na Administração Pública, com 60.606, representando 48,26% do total estadual em 2016 (Tabela 15), o que evidencia inchaço e peso dos gastos públicos no Amapá pela “economia de contracheque”, expressão utilizada por Chelala (2008) e Filocreão (2015).

Porto (2014) destaca que no atual processo de desenvolvimento amapaense, a maior parte do território se encontra indisponível para atrair investimentos pela restrição de uso, em função do ordenamento jurídico imposto ao uso do espaço e de seus recursos, com a institucionalização de áreas especialmente protegidas. Esta criação e instalação retiram terras do mercado, mas não os seus produtos naturais e evita ou retarda a sua ocupação, estimulando a urbanização, que no caso amapaense, concentra-se em Macapá e Santana.

Após serem analisados os dados socioeconômicos que caracterizaram e destacaram a evolução econômica amapaense, ficou evidenciado a importância da exploração de recursos naturais com o fornecimento de *commodities* para o mercado nacional e internacional (ouro, minério de ferro, madeira, energia hidroelétrica, entre outros). Para Motta (2001), a constante exploração dos recursos naturais gera entropia e altera as condições originais de vida no ambiente e ocasionam desordem no ambiente natural. Esses desequilíbrios internos geram entropia de baixa intensidade, enquanto as atividades antrópicas geram entropia de alta intensidade, conduzindo o ambiente para a degradação.

Um fator pertinente e que contribui para retardar a implantação de novos projetos de exploração de recursos naturais, refere-se ao fato de que parcela significativa das terras amapaenses não terem ainda sido tituladas e/ou apresentarem restrições de uso. Esse cenário freia a

comercialização fluída e ágil de terras disponíveis para a incorporação pela sojicultura e silvicultura no Cerrado Amapaense e tarda as concessões florestais para exploração de madeira em toras na área de Floresta Amapaense, que não estejam bloqueadas por integrar Unidades de Conservação Integral. Na sequência são realizadas as considerações finais das perspectivas do processo de desenvolvimento socioeconômico do Amapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO AMAPÁ

Na perspectiva comparativa, o estado do Amapá alcançou taxas de crescimento populacional superiores aos da Região Norte e do Brasil entre 1950 e 2017, processo que se traduziu em concentração demográfica na região metropolitana Macapá/Santana. Esse fenômeno convergente metropolitano evidencia em primeiro plano certa distrofia demográfica, mas também acusa, quando se analisa os dados socioeconômicos, um desequilíbrio econômico que alimenta as desigualdades regionais. O fluxo Macapá/Santana aglutina aproximadamente 80% do contingente populacional do estado, essa concentração consiste em apenas um dos fenômenos que potencializam e realçam as desigualdades entre centro-periferia, consolidando-se como uma das características marcantes do desenvolvimento do Amapá.

Nos últimos anos, as terras amapaenses tornaram-se objeto e ferramenta de promoção de políticas públicas para a atração de projetos de desenvolvimento, com incentivos governamentais, principalmente, para a indústria da mineração, da exploração madeireira e da sojicultura, setores atualmente responsáveis pela intensificação da exploração econômica de recursos naturais. Destaca-se que apesar do setor da Indústria Extrativa Mineral comportar grande parte das exportações estaduais, representa apenas 0,71% dos empregos formais existentes no Amapá em 2016. As vagas estão concentradas na empresa Mineradora Beadell, que utiliza mão-de-obra especializada e bem remunerada, oriunda principalmente do estado do Rio de Janeiro, que intercala suas atividades laborais mensais na sua planta de mineração no município de Pedra Branca do Amapari, com o período de repouso na cidade de origem. Esse fluxo de trabalhadores qualificados, indica que parte dos proventos econômicos existentes não permanecem no estado, em grande medida, o investimento agregado nesses trabalhadores formais viaja com eles para seus lugares de residência.

O comportamento da participação dos principais produtos exportados no Amapá entre o ano de 2000 e 2017 evidencia a existência de microciclos produtivos inconstantes, com o revezamento de produtos na composição das exportações amapaenses. Uma característica relevante a considerar no contexto de exploração econômica, são as áreas de recursos naturais que atraem as frentes de exploração a partir dos eixos de circulação das rodovias BR-156 e BR-210, que cortam o estado na direção sul-norte e leste-oeste. Esses eixos interligam as regiões e convergem seus fluxos diversos a região metropolitana de Macapá/Santana, onde se situa o centro econômico, o maior contingente populacional, os mercados consumidores e o porto de escoamento produtivo do estado do Amapá.

Antes do ano de 1991, as características de desenvolvimento do Amapá eram limitadas como um Território Federal sem uma estrutura administrativa e econômica autônoma. Após 1991, com a instalação e estruturação administrativa do estado e dos municípios, o comportamento dos dados socioeconômicos analisados neste artigo apontam o aumento da autonomia administrativa e a melhoria gradativa dos índices sociais e econômicos. Apesar da continuidade

da dependência de repasses dos recursos federais (principalmente do FPE), do aumento da concentração econômica no eixo Macapá/Santana, da fragilidade na governança territorial e da incipiente transferência de renda gerada com a exploração e exportação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ: SEPLAN. **Indicadores Socioeconômicos do Estado do Amapá**. Macapá, 2017.
- AMAPÁ: SEFAZ. **Anuário Estatístico do Estado do Amapá**. Macapá. (Banco de dados digital) Série histórica, 2017.
- CHELALA, C. A. **A Magnitude do Estado na sócio-economia amapaense**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2008. 174p
- DRUMONT, J. A. PEREIRA, M. A. **O Amapá nos tempos do manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- FILOCREÃO, A. S. M. **Formação socioeconômica do Estado do Amapá**. In: CASTRO, E.; CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 97-172.
- HELLMANN, A. G. FERNANDES, R. C. **Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: CEGOV/UFRGS, 2016.
- HOMMA, A. K. O. **O extrativismo do óleo essencial de pau-rosa na Amazônia**. Ribeirão Preto. XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Rural. 2005. 25p.
- IBGE. **Censo demográfico – Série histórica: 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010**. Rio de Janeiro, 2011.
- _____. **Uso da Terra no Estado do Amapá: projeto levantamento e classificação do uso da terra**. Macapá, 2010.
- IEPA – **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá – Primeira Aproximação do ZEE**. Macapá, 2008. 140p
- MELLO, M. A. de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- MOTTA, J. A. **O valor da natureza: economia e política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond. 2001.
- OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V.C. **O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos**. p28-48. IN: OLIVEIRA, L. A.R. e OLIVEIRA A. T.R. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro, IBGE. 2011. 103p
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. 2013. Acesso em março 2020, em <http://www.pnud.org.br/IDH/>
- PORTO, J. L. R. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. 2 ed. Macapá: edição do autor, 2007.
- _____. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional Brasileira: Reforma da Condição Fronteiriça Amapaense (1943-2013)**. Blumenau, FURB/PPGDR, 2014
- RAUBER, A. L. **A dinâmica da paisagem no estado do Amapá: análise socioambiental para o eixo de influência das rodovias BR-156 e BR-210**. Goiânia, 2019. Tese de Doutorado PPGeo/IESA-UFG. 232p

RIEDL, Mario. **Desenvolvimento**. In: GRIEBELER, Marcos P. D.; RIEDL, Mario (Orgs.) Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos. Porto Alegre: Editora Conceito, 2017. P.97 – 99.

ROMANI, C. **Um eldorado fora de época. A exploração dos recursos naturais no Amapá**. Revista Projeto História, São Paulo, n. 42, p.271 – 302. jun. 2011b.

_____. **As questões dos limites setentrionais com as Guianas e a política externa durante a expansão inglesa e francesa (passagem do século XIX ao XX)** UFRJ, 2012. 60p

SARNEY, J; COSTA, P. **Amapá: a terra onde o Brasil começa**. Brasília: Senado Federal, 2004.

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Presidente Prudente, 2012. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. 276p

VENTURIERI, A. et al. **Mapeamento de solos e aptidão agrícola das terras do Cerrado Amapaense, realizado em escala de reconhecimento de alta intensidade, com subsídio ao Macro ZEE**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2017. 48p